

FICHA TÉCNICA

facebook.com/manuscritoeditora

© 2017

Direitos reservados para Letras & Diálogos,
uma empresa Editorial Presença,
Estrada das Palmeiras, 59
Queluz de Baixo
2730-132 Barcarena

Título original: *Apanhados*

Autor: *António José Vilela*

Copyright © António José Vilela, 2017

Copyright © Letras & Diálogos, 2017

Revisão: *Ana Salvador/Editorial Presença*

Fotografia do autor: © *Alexandre Azevedo*

Capa: *António Pinto*

Imagens da capa: Linha de cima (da esquerda para a direita) – *Impala; António Cotrim/Lusa; Picture Alliance/Augenklick/Firo Sportphoto/Fotobanco.pt; Alexandre Sousa/Alamy/Fotobanco.pt; Paulo Novais/Lusa*. Linha de baixo (da esquerda para a direita) – *Inácio Rosa/Lusa; Marques Valentim/Fotobanco.pt; Fernando Veludo/Lusa; Mário Cruz/Lusa*.
Composição, impressão e acabamento: *Multitipo — Artes Gráficas, Lda*.

ISBN: 978-989-8871-00-8

Depósito legal n.º 426 101/17

1.ª edição, Lisboa, junho, 2017

*Aos meus filhos, o João e a Matilde.
E a ti, Fátima, que és tudo.*

*No momento do nascimento
tudo tem o dom da imortalidade.
Ao Jornalismo, 25 anos depois.*

Se ninguém puder estabelecer uma relação entre o dinheiro e o seu possuidor, é impossível determinar se esse dinheiro foi ganho honestamente ou é fruto de um crime.

Hervé Falciani, engenheiro informático, ex-funcionário do banco HSBC, em Genebra, que se apropriou dos dados de 300 mil contas bancárias e os entregou, a partir de 2008, às autoridades de vários países.

ÍNDICE

Prólogo	15
Abertura — Isaltino Morais — O político-modelo, a mulher fatal e as contas suíças do primo taxista	25
I	
A Operação Furacão — Os esquemas internacionais de fraude fiscal montados por especialistas de bancos e consultoras	47
1 — O insistente inspetor B. M. Stokes, o esquema UK Principal e as discretas empresas têxteis de Barcelos que ninguém queria investigar	49
2 — A preparação do ataque à banca, as escutas falhadas e a fraude de mil milhões de euros	57
3 — O juiz que foi de elétrico às buscas, as fugas de informação e as conversas mal desgravadas pela GNR	67
4 — Os negócios suspeitos das construtoras, o alvo Jorge Coelho, as transferências dos jogadores do Porto e as fotos da secretária em <i>lingerie</i>	79
5 — A estratégia de arquivar (quase) tudo, os pagamentos dos impostos em segredo e os estados de alma de um juiz incómodo	89
6 — Os ilustres arguidos Barbot, os manos Sacoor, o assessor do Governo e o Sr. Comendador dos têxteis	97
7 — Os <i>emails</i> dos jornalistas e a investigação à Sr. ^a Parfois, ao conde d’Alferrarede, ao futuro candidato presidencial e à artista da TVI	104
8 — Os homens-sombra dos Espírito Santo, as lagostas do Grupo Amorim e os negócios dos amigos Joe Berardo e Horácio Roque	114

9 — As jogadas do Casino do Estoril, os primos Bobone e Soares Franco e os esquemas do piloto da Fórmula 1 e dos jogadores do Marítimo	132
10 — Os fabulosos irmãos Castro, o alvo esquecido José Manuel Espírito Santo e os pagamentos por fora aos treinadores Luís Filipe Scolari e Jorge Jesus	145

II

A Operação Monte Branco — O circuito dos milhões suíços que chegou à cúpula do Banco Espírito Santo	157
1 — Os negócios obscuros do político Duarte Lima, os terrenos de Oeiras e o circuito de <i>offshores</i> com ligações à Baixa de Lisboa	159
2 — A misteriosa loja de câmbios, a pista BPN e os discretos gestores de fortunas da Suíça	178
3 — As contas da fraude de mil milhões de euros, os negócios pessoais de «Ric» e a operação de escutas travada aos banqueiros do BES	187
4 — Os interrogatórios desconcertantes de Francisco Canas, os sacos de plástico com dinheiro e a longa lista de clientes suspeitos	195
5 — A detenção falhada do gestor da mulher de João Rendeiro, os escritórios da UBS em Lisboa e as contas secretas dos donos da Vista Alegre e do Grupo Vila Galé	209
6 — As confissões do rei do <i>whisky</i> , as operações do Banque Privée Espírito Santo e a fuga ao fisco dos irmãos Horta e Costa	220
7 — A vigilância a José Maria Ricciardi, os negócios das privatizações da EDP/REN e as manobras de bastidores de assessores e jornalistas	226
8 — Os segredos revelados pelo gestor Nicolau Figueiredo, os negócios de Angola de Ricardo Salgado e o amigo construtor José Guilherme	248
9 — A vida de Michel Canals na prisão, a nova Akoya e o ataque falhado aos milhões do banqueiro Álvaro Sobrinho	257
10 — O banco negro de Angola, as filiais de Macau, Miami e Cabo Verde do BES e os circuitos suspeitos de branqueamento de capitais	293
11 — O rasto dos milhões, a derrocada dos Espírito Santo, as novas suspeitas e a prisão do «Dono Disto Tudo»	326

III

A Operação Marquês — A investigação que prendeu um antigo primeiro-ministro	347
1 — A fortuna suspeita do «Chefe» Sócrates, a família Pinto de Sousa, o «Viajante» de Angola e o testa de ferro da Covilhã	349

2 — O dinheiro em envelopes, o amigo que não quis ser bufo e os jogos de bastidores do Prof. António José Morais	369
3 — Os negócios da comunicação social, os jornalistas de confiança e as movimentações milionárias das contas suíças do homem do Grupo Lena	381
4 — Os <i>offshores</i> de Armando Vara e da filha, a conta na UBS n.º 206-360172, o regresso ao circuito de Canas e o dinheiro de Vale do Lobo	399
5 — As luxuosas viagens a Veneza, as suspeitas de corrupção e o confronto de José Sócrates com os investigadores Rosário Teixeira e Paulo Silva	403
6 — O delator Hélder Bataglia, as transferências de milhões de euros para o primo de Sócrates e os favores ao amigo Ricardo Salgado	422
7 — O cerco ao juiz das 350 decisões certas, os episódios do cão envenenado e da embolia pulmonar e os comentadores interessados	445
8 — O interrogatório final do bancário aposentado, a conspiração da Portugal Telecom e a tarde em que o juiz disse ao procurador que se sentiu traído	475
Notas	494
Fontes	517

PRÓLOGO

A informação inicial chegou-me quase um mês antes e foi também esse o tempo que demorei a verificar e a acrescentar novos dados a uma estória que prometia alguma polémica. Afinal, não é todos os dias que se descobre que um ministro do Governo nomeia assessor um afilhado de casamento que já esteve inibido de utilizar cheques pessoais e cuja antiga empresa tem cerca de 250 mil euros de dívidas fiscais e à Segurança Social. O ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros do Governo PS, Diogo Freitas do Amaral, fê-lo em março de 2005 e, semanas depois, lá estava eu a telefonar ao gabinete de apoio ao governante para confrontar o ministro e o nomeado, Caetano da Cunha Reis, com os factos apurados pela investigação jornalística.

O despacho ministerial de nomeação, assinado por Freitas do Amaral a 30 de março e publicado em *Diário da República* a 14 de abril de 2005, atribuiu ao novo assessor um ordenado mensal de 3800 €, incluindo despesas de representação. Mas não revelou que Freitas tinha sido padrinho de casamento e professor de Cunha Reis, o primeiro presidente interino da Comissão Coordenadora que lançou em setembro de 1974 a Juventude Centrista (depois Juventude Popular). E quem conhecia a personalidade deste antigo brilhante aluno da Faculdade de Direito de Lisboa, que não chegou a acabar o curso e foi deputado aos 20 anos pela Aliança Democrática (a coligação formada pelo PSD, CDS e PPM), não hesitava em classificá-lo assim: «É inteligentíssimo, mas megalómano, o que o tem feito passar maus bocados. Tão depressa guia um *Porsche* como tem de andar de autocarro.»

O percurso profissional de Caetano da Cunha Reis era realmente um caso sumarento em termos jornalísticos, sobretudo a partir do momento em que, no final de 1993, decidiu arriscar e investir na Publialcântara, Sociedade Exploradora de Bares e Discotecas, Lda., a denominação legal

de uma discoteca lisboeta então na moda, o Benzina. Com o irmão mais novo, Francisco (que viria a ser indiciado e detido preventivamente por tráfico de 8,5 quilos de cocaína, mas depois ilibado em julgamento), Cunha Reis passou a gerir uma sociedade em que tinha outro sócio com ligações ilustres: João Melo Menezes, um dos irmãos de Fradique de Menezes, que presidiu a São Tomé e Príncipe entre 2001/2011.

Em Lisboa, a empresa esteve sempre envolvida em águas agitadas. A 30 de outubro de 1995, uma sentença do 16.º Juízo Cível começou por condenar a Publialcântara ao pagamento de uma dívida a fornecedores de cerca de 55 mil euros, mas a queixosa, a United Distillers, não conseguiu que as contas fossem pagas nos anos seguintes. A 22 de fevereiro de 1999, o credor ainda avançou para a execução da dívida, mas já era tarde, porque a empresa tinha entretanto encerrado. No auto de diligência da penhora, ficou registado o que sucedeu quando o oficial de justiça se deslocou à morada da empresa para tentar cumprir a diligência judicial: «[...] já aqui não possui a sua sede, nem exerce aqui a sua atividade comercial há já algum tempo, desconhecendo-se onde a mesma possui a sua atual sede e assim como se possui bens suscetíveis de penhora.»

Os credores da empresa não desistiram e, no início de 2001, requereram de novo ao tribunal a indicação dos paradeiros da empresa e também do «gerente Caetano Maria Dias da Cunha Reis». A tentativa voltou a não resultar, pois a PSP informou o Tribunal de Comércio de Lisboa que não conseguiu localizar ninguém. Nessa altura, a quantidade de credores e o volume das dívidas já eram bem maiores. Segundo o auto de falência da Publialcântara, elaborado a 8 de julho de 2002 pelo liquidatário judicial, a empresa tinha um total de cerca de 250 mil euros de dívidas repartidas pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (85 294,87 €) e pela Fazenda Nacional (163 439,90 €, uma boa parte de IVA).

As dívidas a bancos e empresas eram igualmente volumosas: 1 414 894,08 €. Na lista de credores estavam o Totta & Açores (depois Banco Totta), o Crédibanco, o Banco de Crédito Pessoal, SA, a Bacardi, a Guinness, a Spast e a Itelcar, esta última devido a um contrato de aluguer de longa duração de um veloz *Honda Civic VTI*. Por esses anos, o empresário ficou visado em, pelo menos, seis queixas-crime devido ao uso de cheques sem provisão e o Banco de Portugal decretou-lhe a inibição de usar este meio de pagamento.

Quando falei pela primeira vez ao telefone com Cunha Reis, a 20 de abril de 2005, o então assessor do Governo não fugiu às questões e pareceu até surpreendentemente sincero. «Primeiro tropecei e depois caí. Mas a vida é feita de vitórias e derrotas», disse-me de forma fleumática, confirmando que na derrocada empresarial tinha arrastado a então mulher, Inês Jordão (com quem casou em 1991 em comunhão de bens adquiridos), e o pai desta (o pianista Adriano Jordão), os avalizadores de vários negócios. Inês chegou a ver leiloadado em hasta pública o seu apartamento localizado no centro de Lisboa e ficou com $\frac{1}{3}$ do ordenado penhorado, enquanto o pai conseguiu negociar as dívidas com instituições bancárias.

Horas depois desta conversa, e de ter garantido que Freitas do Amaral tinha sido informado das dívidas que contraíra antes de o nomear para apoiar os deputados portugueses no Parlamento Europeu, Cunha Reis demitiu-se e informou-me por escrito. «Achei que era a saída mais digna para mim», escreveu.

A história deste fugitivo do fisco é paradigmática daquilo com que os jornalistas e as autoridades policiais/judiciais estavam habituados a lidar antes de 2005 no âmbito deste tipo de crimes, que eram essencialmente casos de rastos de dívidas de pessoas cujos negócios tinham simplesmente corrido mal. Ou então situações de empresas (quase todas da área da construção civil) que eram apanhadas pela Polícia Judiciária em Loulé, Braga e Guimarães a usarem faturas falsas impressas em recôndidas tipografias para justificarem gastos que não existiam e pagarem menos impostos. Mas um outro cenário estava prestes a surgir com estrondo ainda nesse ano: a chamada Operação Furacão. E, desta vez, os criminosos tinham um novo rosto: tratavam-se sobretudo de donos de prósperas empresas (na maioria das vezes empresários conceituados nas áreas dos negócios que tinham) que fugiam ao fisco com a preciosa ajuda de entidades-fantasma e *offshores* criados por consultoras que viviam na sombra de alguns dos principais bancos portugueses.

A gigantesca situação de evasão fiscal durava certamente há muitos anos, mas terá sido nos anos 90 do século passado que os esquemas da fraude se tornaram bem mais complexos e profissionais. Na prática, os novos circuitos internacionais de fuga aos impostos, montados a conselho de especialistas com ligações a bancos como o BES, o Millennium BCP, o BPN e o Finibanco, estavam associados também a inúmeras fortunas pessoais escondidas num gigantesco cofre-forte

chamado Suíça. Um país conhecido há décadas por proteger até ao limite do inconcebível o anonimato do dinheiro e os segredos dos depositantes.

Num país como Portugal onde imperavam os novos tempos do cavaquismo e a opulência do muito dinheiro oriundo dos programas de desenvolvimento da União Europeia, fugir aos impostos não era sequer um crime muito penalizado socialmente. A guerra pública ao fisco era até uma bandeira política para alguns. Quem leu nesses tempos, entre 1992/1994, o jornal *O Independente* e as opiniões do respetivo diretor, Paulo Portas, percebeu que este exortava amiúde ao combate ao «Estado-fisco» e ao «Estado-ladrão»: «Anarquista de direita, tendo a considerar que no mundo moderno é preciso recuperar Robin Hood: tudo o que se puder “roubar” ao Estado é bem “roubado”, porque evidentemente, nos dias que correm, não há “ladrão” mais perfeito do que o Governo: este, o próximo ou os anteriores [...] O Estado decreta, arbitra, taxa, cobra e recebe, com a facilidade com que um ladrão perfeito entra em casa de pessoas decentes.»

Para o então jornalista Paulo Portas, o malfeitor não era quem fugia para se proteger, mas sim o Estado que atacava os contribuintes nacionais sem qualquer proporção ou decência. «A tendência para a fuga ou evasão fiscal, para além dos casos graves, patológicos e evidentemente penalizáveis, é hoje em dia uma reação silenciosa e a muitos títulos justa contra o saque dos rendimentos do trabalho, do consumo, do capital, da herança e outros — saque em que se transformou a fiscalidade portuguesa», escreveu Portas alinhando com os muitos que nessa altura viam diferenças entre os tais casos de patologia criminosa e as situações de esperteza avisada.

A perspetiva não era realmente única como depois foi recordado pelo advogado Nuno Godinho de Matos, quando em 2014 defendeu um dos acusados na Operação Furacão: «O ambiente social, nos anos de 1997 a 2003, não censurava, não repudiava as condutas destinadas a pagar menos impostos ou, se possível, não pagar impostos alguns.» Na realidade, nesses tempos antes da investigação ao maior esquema de fraude fiscal até então detetado em Portugal, os contribuintes eram mundanamente rotulados em três grandes categorias: os criminosos (os burlões e aqueles que caíam em desgraça social devido a negócios falhados que deixavam um rasto de dívidas), os tolos ou conformistas (os que pagavam ou tinham de pagar tudo a tempo e horas, como os trabalhadores por conta de outrem) e os chiques ou expeditos, que recorriam,

segundo Nuno Godinho de Matos, a soluções de «planeamento ou elisão fiscal» que reputados fiscalistas carimbavam com «sorrisos e um esgar de complacente superioridade» negando tratar-se de evasão fiscal ou de comportamentos criminosos.

Para estes doutos especialistas, os bons contribuintes (na maior parte, empresas e empresários de sucesso que davam emprego a muita gente e contribuía assim para a riqueza coletiva do País) tinham o «simples direito de todo o ser inteligente», ou seja, deviam poder procurar um território nacional diferente, com melhores condições que aquilo que lhes dava o país de origem em termos de benesses fiscais. E isso não devia constituir qualquer crime.

«Hoje, a evasão fiscal já provoca censura social. Em 2000, a evasão fiscal, não sendo um ato heroico, constituía, sem sombra de dúvida, uma forma legítima de preservação do património, destinada a impedir a ilegítima expropriação do mesmo, pelos impostos», reiterou Nuno Godinho de Matos na mesma contestação dirigida ao Tribunal Central de Instrução Criminal, alertando que em 1997 os crimes fiscais «ainda eram alimentados ao peito materno (não existia o Regime Geral das Infrações Tributárias), pois vivia-se nos saudosos anos do bom e ingénuo Regime Jurídico das Infrações Fiscais Não Aduaneiras e das Infrações Aduaneiras, com penas até três anos de prisão. O crime fiscal, por excelência, era o contrabando».

Segundo esta visão, um crime novo, portanto. Ou, pelo menos, um crime aceite socialmente e praticado por uma elite bem formada, não por criminosos. E também um tipo de crime cuja investigação não tinha historial em Portugal e que podia camuflar outros ilícitos como a lavagem de dinheiro e os pagamentos corruptos. Com investigadores policiais e judiciais tecnicamente mal preparados e pouco alertados para os modernos esquemas desta criminalidade, foram os alertas internacionais que acabaram por lançar a vigilância a um conjunto de circuitos financeiros que revelaram os segredos de muitos empresários, políticos, financeiros, banqueiros e até treinadores de futebol e gente do mundo das artes. Com o tempo, ficou provado que quase todos tinham conseguido esconder verdadeiras fortunas no anonimato da banca suíça (e depois em outras paragens financeiras como o Dubai e Singapura). Nuns casos, o dinheiro tinha aparentemente uma origem lícita, limitando-se a ser desviado e escondido do fisco português, noutros, a gravidade dos alegados crimes parecia ser bem maior, pois

as autoridades descobriram o rasto de fortunas inexplicadas e muitas suspeitas da prática de crimes económico-financeiros e até de corrupção.

Este livro é uma viagem às investigações judiciais e aos jogos de bastidores de três grandes operações do Ministério Público (MP): os casos Furacão, Monte Branco e Marquês. Operações que partilharam muitas personagens comuns (os gestores de fortunas suíços, por exemplo) e tiveram conexões muito importantes com os inquéritos iniciais do Banco de Portugal à derrocada do Banco Espírito Santo/BES Angola/Grupo Espírito Santo. E no centro de todos estes processos esteve sempre um fator comum — os muitos milhões de euros escondidos através de complexos circuitos e entidades sediadas em *offshores* — e três atores principais: o procurador Jorge Rosário Teixeira, o inspetor tributário Paulo Silva e o juiz de instrução Carlos Alexandre.

Foram sobretudo estes três homens que, mesmo com muitos atritos entre eles, lideraram um vasto conjunto de ações no terreno que desvendaram nos últimos 12 anos alguns dos segredos mais bem guardados dos ricos e poderosos. E que prenderam pela primeira vez o mais importante banqueiro português, Ricardo Salgado, e um antigo primeiro-ministro, José Sócrates, este último devido a suspeitas de crimes de corrupção que alegadamente lhe permitiram o acesso a muitos milhões de euros que circularam através das contas bancárias internacionais de um primo e de um amigo.

Mas este livro é também uma investigação jornalística às próprias investigações judiciais, ao tempo que demoraram, aos resultados que conseguiram e aos muitos episódios rocambolescos que se verificaram entre 2004/2017. Um trabalho que só foi possível devido à consulta de milhares de documentos de largas dezenas de processos-crime e do contacto pessoal com inúmeros informadores privilegiados (investigadores, magistrados judiciais e do MP, funcionários judiciais, advogados, peritos, arguidos e testemunhas) que tiveram uma intervenção direta nestes inquéritos.

Durante todo este percurso que demorou largos anos, iniciado jornalisticamente na revista *Sábado*, onde publiquei desde 2005 dezenas de artigos sobre estas três operações judiciais, foi fácil perceber que os investigadores tiveram a sorte de conseguirem um aliado de peso no combate aos esquemas de fraude fiscal e de lavagem de dinheiro suspeito: as próprias autoridades judiciais suíças. Mas isso não sucedeu de imediato (o caso das contas milionárias de Isaltino Morais foi disso exemplo, pois os suíços recusaram várias vezes dar informações às

autoridades portuguesas), porque porventura não tinha rebentado a crise financeira mundial e os países, mesmo os europeus, também não tinham vontade de realmente agirem contra quem escondia o dinheiro, os donos e os seus zelosos guardadores.

«Em 2005, entrou em vigor na União Europeia a diretiva sobre rendimentos de poupança que previa a tributação dos depósitos bancários das pessoas físicas nos países europeus e na Suíça. Todos os bancos deviam comunicar às autoridades fiscais dos outros países o montante das contas dos clientes não residentes. O que era estranho nessa diretiva era que abrangia apenas as pessoas físicas: não era obrigatória a comunicação das contas-correntes que tivessem como titulares as sociedades», lembrou anos depois Hervé Falciani no livro que publicou em 2015 com o jornalista italiano Angelo Mincuzzi.

O antigo funcionário do HSBC garantiu que foi esta legislação que representou o empurrão final que o levou a recolher os dados de mais de 300 mil contas do banco suíço, tendo-os entregado depois às autoridades fiscais de vários países: «Antes de a norma entrar em vigor, tivera a meu cargo um projeto relacionado com a introdução da nova diretiva europeia e apercebera-me claramente de que a única preocupação do banco era proteger todos os clientes, incluindo aqueles que defraudavam o fisco. Primeiro, fora apenas a arma do sigilo bancário, agora era também a diretiva europeia a favorecer os evasores fiscais: para evitar impostos, bastava constituir uma empresa de fachada num qualquer paraíso fiscal e pôr a conta em seu nome. Era evidente que os políticos haviam promulgado aquela lei tendo em conta o interesse dos banqueiros e de toda uma indústria do crédito que, doravante, podia vender novos produtos e novos serviços aos seus clientes.»

A solução só veio anos depois. Contrariada mas muito pressionada internacionalmente, sobretudo a partir da primavera de 2009, quando os chefes de Estado das principais economias mundiais reuniram em Londres na Cimeira do G-20, a Suíça acabou por abrir a tranca do sigilo bancário que tinha permitido transformar o país no paraíso das fortunas escondidas. E isso aconteceu quando as investigações portuguesas estavam a dar passos decisivos na Operação Furacão e o caso Monte Branco não iria demorar muito tempo a surgir.

Em Londres, foi a primeira vez que a questão da evasão fiscal entrou na agenda da Cimeira do G-20, uma iniciativa propiciada pela crise do sistema financeiro e da dívida internacional provocada pela especulação

dos bancos. A visão dos Governos (e da opinião pública) era de que a derrocada da economia mundial não tinha atingido tudo e todos. Além disso, a enorme necessidade de dinheiro levou de imediato a uma questão óbvia: porque é que todo aquele dinheiro que está na Suíça não é taxado nos nossos países?

O Governo norte-americano encarou esta questão como uma espécie de caça ao tesouro e passou a pressionar fortemente a banca suíça, nos EUA e a nível internacional. O objetivo? Os EUA queriam aceder aos dados bancários suíços de todos os cidadãos ou entidades tuteladas por norte-americanos. A Suíça ainda argumentou com as regras rígidas do sigilo bancário, mas os EUA retaliaram e ameaçaram que retiravam as licenças para os bancos suíços operarem em Wall Street. A pressão acentuou-se quando foram abertos nos EUA inúmeros processos ao comportamento da banca na crise financeira e esta rede apanhou bancos como o HSBC, a UBS e o Credit Suisse (entre 2009/2014, estes bancos pagaram um total de multas nos EUA de cerca de quase seis mil milhões de euros).

Durante a cimeira de Londres, vários líderes políticos apareceram publicamente e em unísono a dizerem o que estava verdadeiramente em causa. «Vamos identificar as jurisdições que não cooperarem, incluindo os paraísos fiscais, e vamos agir para defender o nosso sistema financeiro», referiu o Presidente Barack Obama (2006/2016). O primeiro-ministro do Reino Unido, Gordon Brown (2007/2010) foi ainda mais concreto: «Concordámos que chegou o fim dos paraísos fiscais, que não transmitam informação que lhes é pedida. O sigilo bancário do passado tem de acabar.»

Na ocasião, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) divulgou uma lista branca, uma cinza e uma negra, em que inseriu os países de acordo com o grau de implementação dos padrões da OCDE relativos às questões das regras do sigilo bancário e da colaboração, ou não, com as autoridades judiciais internacionais na luta contra a evasão fiscal e a lavagem de dinheiro. A Suíça foi colocada na lista cinzenta (juntamente com países como, por exemplo, as Bahamas, as Ilhas Caimão, o Panamá, Andorra, Gibraltar e as Ilhas Turcas e Caicos), mas foi logo feita a ameaça de que os suíços poderiam entrar na lista negra. Durante o encontro londrino de 2 de abril de 2009, o Presidente de França, Nicolas Sarkozy (2007/2012), referiu isto mesmo: «A Suíça está na lista cinzenta, porque anunciou um movimento

que, se for terminado, fará o país passar para a lista branca, mas que, se não for terminado, fará com que passe para a lista negra.»

A Suíça passou a colaborar e o procurador Rosário Teixeira arran-
jou um aliado de peso na figura do magistrado Marc Topolet, com
quem chegou a estabelecer uma relação de amizade e muitos contactos
informais que agilizaram procedimentos e se manifestaram decisivos nas
investigações para identificar os rastos das fortunas portuguesas escondi-
das no estrangeiro. E também de muito outro dinheiro suspeito.

ABERTURA

ISALTINO MORAIS — O POLÍTICO-MODELO, A MULHER FATAL E AS CONTAS SUÍÇAS DO PRIMO TAXISTA

À porta de casa, em Mirafleres, Isaltino Morais despachou os jornalistas com uma curta declaração em que desculpou os enganos da Justiça que o tinham mandado para a prisão no dia anterior. Nessa noite de 30 de setembro de 2011, já longe das câmaras de televisão e rodeado de familiares e amigos, o presidente da Câmara de Oeiras jantou no restaurante Os Arcos, um dos seus preferidos no concelho. Foi ali que contou um rocambolesco episódio que viveu sozinho na cela, na noite em que jogavam o Sporting e a Lazio de Roma. De repente, no meio do encontro, Isaltino ouviu os presos da sua ala a gritarem alternadamente: «Sportiiing»; «Isaltiiino».

O autarca tinha chegado à prisão, que fica junto à sede da Polícia Judiciária (PJ), em Lisboa, já ia bem adiantado o jogo que o Sporting ganhou para a Liga Europa. O dia: quinta-feira, 29 de setembro. Eram 21h05. Cerca de uma hora antes, tinha sido surpreendido pela visita de quatro polícias quando estava no gabinete da presidência da Câmara de Oeiras. A noite prometia festa — com direito a arraial (que se fez) para comemorar os 250 anos do foral do concelho —, mas a inesperada visita anunciou-lhe o pior: após os cumprimentos da praxe, foi informado de que dois agentes à paisana, juntamente com os subintendentes Miguel Coelho e Filipe Balhau — comandantes da PSP de Oeiras e da Polícia Municipal local, respetivamente —, estavam ali para o prenderem. O Tribunal de Oeiras assim o exigia.

Isaltino não cumpriu a agenda camarária dessa noite — uma hora depois deveria inaugurar no Fórum Oeiras uma escultura de Sebastião José de Carvalho e Melo, primeiro conde de Oeiras e Marquês de Pombal —, mas foi autorizado pelos polícias a sair da autarquia no interior do carro de luxo conduzido pelo motorista da presidência. Antes ainda argumentou que se tratava de um erro, mandou ligar aos

advogados, abraçou e despediu-se de vários funcionários e membros do gabinete. Deixou gente de lágrimas nos olhos. Minutos depois, o *BMW 530 GT*, guiado por um ex-paraquedista convertido a funcionário autárquico, parou junto ao comando local da PSP e Isaltino saiu e entregou-se.

A PSP chegou a colocar a hipótese de o levar de imediato para a prisão de Caxias, a mais próxima, mas os serviços prisionais informaram a Polícia de que o destino teria de ser outro. Já na prisão de Lisboa, cumpriu o ritual obrigatório de qualquer recluso recém-chegado: uma consulta médica e uma entrevista com um técnico de reinserção social. E foi fechado, sozinho, numa cela situada na ala onde já tinha estado detido o banqueiro José Oliveira e Costa e o apresentador de televisão Carlos Cruz. Outro dos presos mediáticos era um alegado homicida de crianças, Francisco Leitão, conhecido como «Rei Ghob», que estava em prisão preventiva a aguardar julgamento.

No dia seguinte e após uma noite mal dormida, Isaltino Morais fez o que os guardas prisionais não estão habituados a ver quando há presos famosos: foi ao «recreio», os passeios diários que os detidos fazem por turnos. Descontraído e em mangas de camisa, Isaltino falou com outros detidos e até ouviu desabafos irónicos como este: «Ó presidente, você está aqui por 20 mil?! Devia era estar solto...»

Mais tarde, com a polémica da detenção instalada em toda a comunicação social, Isaltino Morais foi autorizado a receber — ainda de manhã e antes de almoçar bacalhau com batatas cozidas — a mulher e o advogado Carlos Pinto de Abreu. Nessa altura, já era claro para a defesa que estava iminente a libertação. A explicação não podia ser mais simples. Ainda antes de começar o julgamento nas instalações do Tribunal de Sintra, que em agosto de 2009 o condenou a sete anos de prisão efetiva e à perda de mandato, Isaltino Morais requereu um julgamento por um tribunal de júri. Os recursos foram sendo sucessivamente negados pelo tribunal de primeira instância e pelo Tribunal da Relação de Lisboa, mas o caso ainda estava pendente e à espera de uma decisão final do Tribunal Constitucional.

Em termos legais, Isaltino Morais não poderia ser detido para cumprir a pena entretanto reduzida pelo Tribunal da Relação para dois anos de prisão por apenas dois tipos de crimes: branqueamento de capitais e fraude fiscal. A decisão parecia ser definitiva e não passível de recurso da defesa, conforme tinham confirmado o Supremo Tribunal de Justiça e o Tribunal Constitucional, este último, numa decisão de 19 de setembro

de 2011. Mas mantinha-se ainda por decidir o antigo recurso e foi o desconhecimento disto que induziu em erro a juíza Carla Cardador, que autorizou a detenção pedida pelo procurador Fernando Gamboa.

Com o tempo e os sucessivos recursos judiciais, e apesar da falta de provas reais de ter cometido crimes de corrupção passiva, abuso de poder e participação económica em negócio, Isaltino Morais nunca conseguiu livrar-se da ameaça de prisão devido à pronúncia de um juiz de instrução, Carlos Alexandre, e de uma sentença inicial do Tribunal de Oeiras que fez história pela dureza da pena aplicada e as justificações usadas — logo ali, o tribunal deu como provado que Isaltino Morais fugiu ao fisco e branqueou capitais — apenas uma ínfima parte do dinheiro encontrado nas contas da Suíça, cerca de 35 mil euros entre 1996/2003 — e condenou-o também a pagar ao Estado 463 368,12 €.

A 3 de agosto de 2009, a juíza presidente do coletivo, Paula Albuquerque, demorou cerca de quatro horas a ler toda a decisão expressa em 542 páginas. Sobre o crime de fraude fiscal, que se manteve até ao fim do processo (a indemnização acabou por baixar para cerca de 198 mil euros), a juíza escreveu o seguinte: «Relativamente a este ilícito, é de salientar a intensidade do dolo do arguido, que é elevada, resolução criminosa que foi mantendo em execução ao longo de 13 anos, e a ilicitude ou desvalor da ação mostra-se igualmente elevada considerando a importância vultuosa dos impostos devidos e não pagos, com o correlativo prejuízo para o Estado, sopesando-se ainda os meios utilizados na frustração dos créditos da Fazenda Pública.»

E concluiu mais adiante: «[...] ponderando que o arguido não denotou possuir consciência crítica do desvalor da sua conduta, antes desresponsabilizando-se da mesma, escudando-se na “filosofia” de que “não paguei, porque ninguém paga”, justificando de forma velada a já instituída máxima de que “o bom português é aquele que consegue fugir ao fisco”, as exigências de prevenção especial mostram-se ainda mais prementes, entendendo-se que só a pena privativa da liberdade [dois anos de cadeia] satisfaz de forma adequada as finalidades da punição.»

A fuga ao fisco e as contas bancárias que o autarca escondera na Suíça eram há muito o cerne do processo-crime. Ao todo, entre 11 de setembro de 1990 e 8 de março de 2002, Isaltino Morais depositou no banco suíço UBS 1 157 702,51 €. Noutra período, e ainda enquanto desempenhava em exclusivo funções políticas, de 1996 a 2001, guardou mais 191 837,67 € em contas tituladas pela antiga secretária

e chefe de gabinete, Paula Nunes. De onde veio todo este dinheiro? A questão tinha sentido, sobretudo porque, quando esteve à frente da Câmara de Oeiras e depois desempenhou as funções de ministro do Governo de Durão Barroso, entre 2002/2003, Isaltino recebeu apenas um total de 351 139,82 € (líquidos) de salário. A descoberta desta incongruência acabou por não chegar para o MP provar que o dinheiro suspeito tinha uma origem ilícita, mas restou uma evidência: era apenas demasiado dinheiro.

Quando alguém muito próximo do autarca revelou que conhecia o segredo das contas suíças, deu-se o clique que faltava. A autora da denúncia, inicialmente anónima para o jornal *O Independente*, foi uma mulher divorciada, Paula Maria Nunes, precisamente a antiga chefe de gabinete de Isaltino Morais na Câmara de Oeiras. Durante o julgamento de 2009, Paula Nunes falou publicamente e pela primeira vez sobre o assunto: contou como Isaltino Morais alegadamente a assediou sexualmente e depois como teria sofrido represálias por ter revelado aos jornalistas e ao MP os comprometedores documentos bancários suíços¹.

Como entrou na Câmara Municipal de Oeiras?

Entrei com 19 anos, em 1986, ao abrigo do Programa de Ocupação de Tempos Livres, que, se não me engano, era um trabalho temporário por um período de seis ou nove meses. Foi no primeiro mandato de Isaltino Morais como presidente e fui colocada no Serviço de Ação Social, onde fazia trabalho administrativo e dava apoio às assistentes sociais, porque na altura o concelho tinha muitos problemas de exclusão social.

Já conhecia Isaltino Morais?

Não, aliás, não conhecia ninguém na Câmara. Candidatei-me e entrei normalmente. O serviço era ao lado do edifício principal da Câmara, onde está o edifício da junta de freguesia. Também lá funcionavam os serviços culturais. Entretanto, as técnicas dos serviços culturais pediram aos serviços sociais para eu lhes prestar apoio e fiquei com um contrato administrativo nos serviços de ação cultural. Estive lá quase um ano. Entretanto, num período de férias da secretária do vereador com o pelouro da Cultura, o Prof. Noronha Feio, fui destacada para o seu gabinete onde acabei por ficar.

A secretária do vereador não voltou?

Ela foi transferida para o lugar onde eu estava.

Foi nesta altura que foi apresentada a Isaltino Morais?

Primeiro, passei a ter contacto visual com a figura do presidente da Câmara. Entretanto, em 1990, acabou o mandato do Prof. Noronha Feio como

vereador [eleito pelo Partido Renovador Democrático] e o presidente da Câmara convidou-o a ficar no seu gabinete como assessor, reconhecendo-lhe o mérito e a capacidade para lidar com a cultura e o desporto, áreas que o Dr. Isaltino não dominava. E eu acompanhei o Prof. Noronha Feio e entrei assim no gabinete de apoio à presidência.

O que é que passou a fazer?

Basicamente dava apoio à secretária do presidente, Madalena Castro [secretária de Isaltino Morais entre 1986/1993, que depois foi chefe de gabinete entre 1993/2005 e vereadora entre 2005/2017].

Já tinha uma relação próxima com Isaltino Morais?

Não, o gabinete de apoio era contíguo ao da secretária e ao da presidência. Achei sempre que o senhor tinha um ar muito agressivo e, para mim, não era uma pessoa com quem se simpatizasse ao primeiro contacto. Para além disso, havia essencialmente uma relação de hierarquia e, na altura, toda a gente tinha muito respeito pela hierarquia e pelas instituições. E Oeiras era, naquele tempo, um meio muito rural e a figura do presidente de Câmara era assim como o pároco da aldeia: uma figura por quem toda a gente tinha muito respeito.

Como é que o tratava nessa altura?

Sempre o tratei por Sr. Presidente.

Como era realmente o seu contacto com ele?

O contacto era feito através da secretária. Só quando ela não estava é que eu assegurava os telefones e assim. Tinha um contacto formal e espaçado com ele.

A Paula Nunes já tinha casado?

Casei em 1990 com um colega de liceu, um namoro de 10 anos e a minha filha nasceu em 1993. Depois, divorciei-me.

Como chegou então a secretária pessoal de Isaltino Morais?

Em 1994, a secretária dele, Madalena Castro, foi para o gabinete de comunicação e imagem do Taguspark. Foi nessa altura que ele me convidou para sua secretária.

Porque é que a convidou a si?

Já trabalhava diretamente com a secretária dele e até a substituía nas faltas e fêrias.

Só por causa disso?

Penso que sim. Só passei a chefe de gabinete em 1995.

Que funções passou a ter nessa altura?

Eram exatamente iguais às de uma secretária, porque o Dr. Isaltino é uma personagem com características muito interessantes. Quem trabalha com ele

tem sempre a noção de que, mesmo com as funções, acaba por não ter margem de manobra na prática para decidir nada. A presença dele é sempre muito constante, a forma de ele se dirigir às pessoas e lidar com elas é sempre muito rígida e autoritária.

Apesar disso, foi chefe de gabinete dele durante quase sete anos e acompanhou-o depois no Governo, no Ministério das Cidades.

Eu queria sair, mas ele insistiu que tínhamos de ir todos para o ministério. Foi o Dr. José Mário Ferreira de Almeida, que era assessor dele, para secretário de Estado, foram os dois motoristas, o Sr. António Brito e o Sr. Amândio Martins, e o Dr. Nuno Campilho que era adjunto na Câmara. Eu disse que não queria ir.

Isaltino não lhe propôs o lugar de chefe de gabinete no ministério? Não, ele queria que eu fosse como adjunta.

Ficou desiludida por não ter sido convidada para chefe de gabinete?

Ele achou que eu estaria ofendida por não ser chefe de gabinete, mas eu disse-lhe que não era assim, porque na vida nunca devemos perder a noção das nossas reais capacidades. E ser chefe de gabinete de ministro é diferente de ser chefe de gabinete de presidente de Câmara. Eu não tinha essa formação técnica. Superada essa fase, ele disse-me que me queria como adjunta mantendo um vencimento quase igual ao que já tinha [cerca de 2 mil euros]. Continuei a dizer-lhe que não queria e que nem sequer estava motivada para isso. Ele explicou-me que tinha grande apreço por mim e que tinha pensado que um dia podíamos vir a casar.

Já tinha uma relação íntima com Isaltino Morais?

Não, nunca tive. Ele não me propôs casamento de joelhos e anel na mão. Fê-lo como se fosse um despacho do presidente de Câmara. No fundo, era mais um momento de exercício gratuito de poder.

É difícil acreditar que, antes de um pedido de casamento, não tenha existido uma relação.

Com o Dr. Isaltino há sempre vários tipos de aproximações, mas também podemos fazer de conta que não ouvimos ou, se é muito acintoso, podemos colocar um travão.

Ele chegou a ser acintoso?

Era a forma como falava, o que dizia. Por vezes, era necessário não ter ouvidos.

Voltando ao casamento, estranhou ou não a abordagem?

Não, ele tinha uma vida emocional com uma estrutura muito fora do comum.

O que é que isso quer dizer?

Quer dizer que era instável e deslumbrado [ri-se].

Conseguiu observar como eram as relações de Isaltino Moraes com os promotores imobiliários que trabalhavam no concelho?

Não tinha sensibilidade para perceber, se calhar, esse tipo de situações que já se passariam.

Não notou nada de estranho?

Na altura, nunca pensei nisso. A minha função era marcar as reuniões e ter os documentos prontos.

Também foi fazer isso para o Ministério das Cidades?

Não. Entrei numa segunda-feira, tinha um gabinete, um computador e uma secretária. Perguntei o que é que ia fazer e ele disse-me: «Agora não fazes nada e ficas aí.» E eu fiquei das 10h às 18h. No fim do dia, perguntei-lhe se já havia alguma coisa para fazer e ele disse a mesma coisa. Estive ali assim na segunda, na terça, na quarta e na quinta. Na sexta-feira dessa semana, quando fomos almoçar juntamente com o chefe de gabinete e o assessor Nuno Campilho, voltei a perguntar o que ia fazer. E ele disse à mesa, com um ar superior e sem me dar grande importância, que tinha de esperar porque as minhas funções iam ser o apoio às visitas e às deslocações, quer a nível nacional quer a nível internacional. No fim do almoço fiz uma carta e pedi a demissão, entreguei-a e vim-me embora. Ele pôs toda a gente à minha procura durante o fim de semana inteiro.

O que é que aconteceu a seguir?

O Dr. Isaltino pediu para falar comigo, almoçámos em Oeiras na semana a seguir e disse-me que eu é que estava de má-fé e que não percebia o que se estava a passar comigo e que eu tinha era de ficar no ministério e fazer aquilo que ele mandava. Eu disse-lhe que queria voltar à Câmara, mas acabei por ficar no ministério dois meses sem trabalhar. Depois, recebi uma chamada do secretário de Estado, Ferreira de Almeida, a propor-me a colocação na Parque Expo, uma das empresas tuteladas pelo ministério.

E?

Fui a uma reunião com o presidente do Conselho de Administração da Parque Expo, Bracinha Vieira, que eu já conhecia, e fui colocada no Pavilhão Atlântico como assistente do Conselho de Administração sendo que as orientações que o Sr. ministro teria dado foram para eu ficar como rececionista do Pavilhão Atlântico.

Rececionista?

Sim, na receção. Entretanto, o Sr. ministro ligou-me e disse que tinha de ir todas as sextas-feiras ao ministério, ao fim da tarde, apresentar relatórios

sobre as atividades que eu tinha desenvolvido durante a semana. Dizia que queria saber o que é que se estava a passar quer no Pavilhão Atlântico quer na Parque Expo.

E apresentou esses relatórios?

Nunca, nenhum. Disse-lhe que não o podia fazer, porque nem sequer tinha acesso a esse nível de informação nas minhas funções.

Como é que encarou então o pedido de Isaltino Morais?

Era um subterfúgio para ele me ver. E eu passei a ir lá às 18h, às 18h30.

Do que é que falavam nessas reuniões?

Ele perguntava se eu gostava de estar no Pavilhão Atlântico, se não achava que estaria melhor no ministério e dizia-me que a Parque Expo ia ser extinta e que estava preocupado com o que eu ia fazer depois na vida.

Voltou a falar-lhe de casamento?

Não, porque entretanto já estava a viver com uma senhora e já tinha um filho. Acho que ele me queria controlar e aquilo passou a ser o meu trauma das sextas-feiras. Andei nisto para aí um mês e irritei-me de vez e não fui mais.

O que é que se passou a seguir?

Tinha sempre gente a tomar conta de mim.

Como assim?

Era vigiada e acompanhada e...

Isso não é mania de perseguição?

Não, era uma sensação real, porque vinha sempre a saber por várias pessoas que ele sabia de tudo, com quem eu estava, onde estava.

Em que circunstâncias decidi fazer a denúncia das contas bancárias que Isaltino Morais tinha na Suíça e na Bélgica?

Fi-lo por causa da indignação. A que propósito, nos dias de hoje, temos de ter situações destas? Tive de explicar, quanto mais não fosse à minha filha, como é que uma mulher que trabalhou e se dedicou e abdicou do tempo de família para construir uma carreira profissional, de repente, numa reviravolta, passa a ser a senhora que teve um caso com o Isaltino Morais, que era, desculpe a linguagem, a gaja do Isaltino Morais. Ele fez questão de fazer passar isso para toda a gente.

Então, a denúncia foi uma vingança sua?

Não tive um desejo mórbido de vingança, mas tive de arranjar alguma forma de pôr cobro ao que se estava a passar e então fiz uma denúncia anónima para o jornal O Independente.

Como teve acesso aos documentos?

Como ia buscar até os fatos do Dr. Isaltino ao alfaiate, no Chiado, ou entregava a mesada ao filho, também fazia os seus arquivos pessoais, logo desde 2000.

Tudo era colocado em dossiês, como a água, a luz e... as contas da Suíça. Estou convicta de que a dada altura ele tinha uma noção de poder e de impunidade tão forte que o dossiê das contas da Suíça era igual aos outros todos.

Quando decidiu que tinha de guardar aqueles papéis?

Quando saímos da Câmara houve um conjunto de dossiês que foram guardados para irem para o escritório pessoal do Dr. Isaltino, que ficava na Av. de Berna, em Lisboa. E foi nessa altura que fiquei com cópia dos documentos.

Não guardou os documentos para pressionar Isaltino Morais?

Não. Guardei os documentos porque tive a noção de que tinha de me proteger.

Eram mais do que aqueles que foram conhecidos publicamente?

Não, só aqueles.

Isaltino Morais teve a percepção imediata que tinha sido a Paula Nunes a enviar os documentos?

Não sei. Mas chegou-me indiretamente que ele andava a espalhar que era uma vingança de mulher. Que eu tinha muito interesse nele [ri-se] e que tinha feito isso porque estava despeitada.

Em alguma ocasião ouviu falar de um familiar de Isaltino Morais, um sobrinho taxista rico, que estava como titular dessas contas na Suíça?

Nunca, nunca.

Não enviou os documentos ao MP, pois não?

Não. Só após as buscas, que depois foram feitas por ordem da procuradora Leonor Furtado. Foram também à minha casa, e de outros que estavam mais próximos dele. Nessa altura, fui ao MP para prestar declarações e assumi o que tinha feito.

Que conversa teve com a procuradora?

O MP teve primeiro uma postura de tentar perceber o que estava a acontecer e disseram-me que ou havia colaboração da minha parte ou estaria do outro lado da barreira. Quando passei a colaborar, perguntaram-me até se eu queria segurança e eu disse que não, mas arrependi-me porque, se fosse hoje, dizia que sim.

No meio disto tudo, acabou por sair da Parque Expo.

Com a alteração do Conselho de Administração da Parque Expo, fizeram cessar a minha comissão de serviço em 2006. E tive de voltar à CM Oeiras, onde me apresentei em fevereiro de 2006 ao vereador dos Recursos Humanos, o Dr. Paulo Vistas, atual vice-presidente de Isaltino Morais. A receção foi complicada porque não havia lugar disponível para me colocarem e fizeram-me sentir que havia uma quebra de confiança, que era persona non grata e que a única solução seria ir para o Núcleo de Museologia, que estava na Fábrica da Pólvora, em Barcarena, para onde fui como funcionária administrativa.

Ganhava dois mil euros, e desde essa altura que o meu salário passou a ser de 700 euros. Como ninguém é de ferro, tive um princípio de esgotamento, fui a uma junta médica e estive de baixa cerca de um ano.

Neste momento, está a trabalhar onde?

Na Câmara de Oeiras. Quando regresssei da baixa, fui contactada pelo vereador com o pelouro da Habitação, Emanuel Martins [líder do PS de Oeiras e irmão maçon de Isaltino Morais na Grande Loja Legal de Portugal], em fevereiro de 2008. Ele disse-me que achava que eu era uma excelente profissional e tinha grande capacidade, que tinha tido um comportamento estranho para com o Dr. Isaltino, que não me tinha portado bem, mas que tudo se havia de resolver. Na altura, foram-me distribuídos três projetos: a criação de um boletim municipal para os bairros de habitação social e uns folhetos informativos sobre as obrigações dos moradores desses bairros, a realização de um seminário internacional sobre habitação e o início do processo de certificação da qualidade do serviço de habitação do concelho.

O que está a fazer agora [em abril de 2009]?

Estou no gabinete do vereador Emanuel Martins, mas não faço nada. Acabaram os projetos e estou assim desde finais de novembro do ano passado. Vou para lá, fico num gabinete partilhado com outro técnico assessor do vereador, tenho uma secretária, um computador e um telefone e não faço nada.

Já voltou a cruzar-se com Isaltino Morais?

Só uma vez, porque os serviços de habitação não ficam no edifício principal da Câmara. Aconteceu uma situação caricata durante a realização do tal seminário. No dia da abertura, em novembro do ano passado, no Hotel Solplay, em Linda-a-Velha, fui contactada por um adjunto do vereador, Dr. João Viegas [maçon também na Grande Loja Legal de Portugal], dizendo que o presidente da Câmara, ao contrário do que estava previsto, queria estar presente no evento e, para evitar conflitos, sobretudo na comunicação social, não podíamos estar juntos no mesmo local. O ideal seria que, quando ele lá estivesse, eu me ausentasse. Disse-lhe que era complicado, porque estava a coordenar o secretariado, mas que eu própria não faria questão de me cruzar com o senhor ou de conversar com ele.

E ficou lá?

É claro que estive lá. Na véspera da abertura estive lá até às 2h da manhã e no dia seguinte cheguei por volta das 8h30. O adjunto veio ter comigo e disse-me: «O presidente vem aí e você é muito teimosa. Vá-se já embora.» Eu não ia desatar a fugir por ali fora e não saí. Quando o presidente da Câmara estava a entrar no hall da sala de eventos e se aproximava da zona, o adjunto mandou-me embora. Eu decidi então ir à casa de banho, dizendo que me ia embora de seguida. Quando estava a sair da casa de banho, o adjunto estava à porta a

dizer-me que era teimosa e que então já não saía dali. Fiquei fechada lá dentro com ele a agarrar a porta do lado de fora. Era ridículo porque ia deixando entrar mulheres e toda a gente olhava para mim. Fiquei em fúria, abri a porta e saí. O Dr. Isaltino acabara de entrar na sala do seminário, o adjunto levou-me encostada à parede e fomos embora.

Que tipo de perseguições sofreu?

Todas, mas nada é passível de ser provado. Tenho a certeza de que tive o telefone sob escuta, o meu carro foi vandalizado várias vezes, recebi dezenas de chamadas telefónicas a dizerem que me vinham atropelar e que vinham partir tudo. Por diversas vezes tive de pedir proteção ao MP, que mandava polícias para a minha porta.

Esta fase da sua vida vai terminar quando?

Não sei, se calhar depois de testemunhar no tribunal. Talvez possa vir a ter algum sossego.

Já disse que nunca mais falou com Isaltino. Alguém falou consigo para lhe oferecer alguma coisa?

Fizeram-me algumas conversas nesse sentido.

Pessoas ligadas a Isaltino Moraes?

Com certeza que estarão ligados uns aos outros. Que interesses teria o vereador Emanuel Martins em fazer contactos a esse nível?

O vereador Emanuel Martins ofereceu-lhe dinheiro?

Ofereceu-me uma perspetiva de...

O vereador do PS?

Foi em fevereiro deste ano, quando estive para começar o julgamento. A conversa do vereador era que precisava muito de falar comigo e perguntou se podia ser no Hotel Solplay, onde havia sido o seminário da habitação e onde havia um restaurante. Quando lá cheguei, disseram-me que o vereador estava na suíte não sei quantos e lá fui.

Nesse encontro, o que é que ele lhe disse?

Basicamente falou imenso sobre ele, a vida dele e essas coisas, a Câmara, tudo, uma conversa muito social e muito normal. E queria saber se eu estava satisfeita por estar a trabalhar para o departamento de habitação.

Era preciso ir ao hotel para lhe perguntar isso?

Ele disse-me que, se eu tivesse uma maior abertura, eventualmente depois haveria gente disponível para me encontrar um emprego fantástico e para me ressarcir de algumas perdas tidas por causa do parco vencimento. E que ia falar com o advogado do Dr. Isaltino para perceber que tipo de respostas é que eu devia dar que fossem consentâneas e que cumprissem os objetivos dele no julgamento.